



IMPLEMENTAÇÃO DAS LEIS Nº 10.639/03 E 11.645/08 NO ESPÍRITO SANTO: PROJETOS DE INTERVENÇÃO COMO UMA CONSTRUÇÃO COLETIVA E APLICADA

Rosane Rosa Dias Fernandes¹
Alexandre Jacob²
Ilalzina Maria da Conceição Medeiros³

INTRODUÇÃO

Este texto tem como objetivo analisar o curso de formação continuada para docentes e profissionais da Educação: “Fazer valer a implementação das Leis nº. 10.639/03 e 11.645/08 no Espírito Santo: superando o racismo institucional e na sociedade”, ofertado em parceria entre os Núcleos de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (Neabi) dos campi Vitória e Colatina do Ifes, com o Centro da Cultura Negra do Estado do Espírito Santo (Cecun).

O curso vem ao encontro do que traz o Parecer CNE/CP nº. 03/2004, ao destacar a necessidade de os professores receberem formação para a educação das relações étnico-raciais, em diferentes áreas de conhecimentos, para que possam se qualificar a serem “capazes de direcionar positivamente as relações entre pessoas de diferentes pertencimentos étnico-raciais, no sentido do respeito e da correção de posturas, atitudes, palavras preconceituosas” (BRASIL, 2004, p. 8).

Dessa maneira, parafraseando Munanga (2005), a preocupação fundamental do curso não foi fornecer aos docentes e profissionais da Educação as fórmulas e as receitas antirracistas prontas, pois elas não existem, mas sim estimular que os próprios inventassem a solução adequada ao seu local de trabalho, partindo da sua realidade de público, capacidade, material, apoio pedagógico, etc. Daí a escolha por projetos de intervenção como critério de aprovação.

O curso foi ministrado na modalidade a distância, mas com três encontros presenciais obrigatórios. Um dos pré-requisitos para aprovação, além da presença nos encontros, foi a

¹ Técnica em Assuntos Educacionais. Instituto Federal do Espírito Santo-ES, rosaned@ifes.edu.br;

² Professor. Faculdade Presidente Antônio Carlos de Aimorés-MG, alexandre.jacob10@gmail.com;

³ Professora. Instituto Federal do Espírito Santo-ES, ilalzina@gmail.com.



necessidade de construção e aplicação de um projeto numa escola ou em espaços não-formais de educação.

Na finalização do curso, os projetos apresentados mostraram diferentes realidades e concepções de implementação das Leis nº. 10.638/03 e 11.645/98. Sem dúvida, as culturas negras e indígenas foram valorizadas com ações coletivas desenvolvidas em todos os níveis de ensino, em onze cidades capixabas.

METODOLOGIA

A formação continuada⁴ ocorreu de 27/05 a 09/12/19, para 46 pessoas, entre professores e profissionais da Educação dos municípios capixabas. Sendo assim, os municípios capixabas efetivamente envolvidos foram: Alfredo Chaves, Aracruz, Cariacica, Colatina, Conceição da Barra, Guarapari, Marilândia, Nova Venécia, São Domingos do Norte, Vila Velha e Vitória.

Da carga horária total de 100 horas, 70 foram ministradas a distância e 30 distribuídas entre três encontros presenciais obrigatórios, ocorridos nos campi Colatina, Vitória ou Nova Venécia. Trata-se de uma pesquisa ação, desse modo, cada encontro, assim como a sala virtual, foi gerenciado por membros do Neabi e integrantes do Cecun.

Como produto pedagógico resultante da ação, foram produzidos projetos de intervenção cujo objetivo era a implementação das Leis nº. 10.639/03 e 11.645/08 nas instituições de ensino e/ou em espaços não-formais de educação que os alunos representavam.

REFERENCIAL TEÓRICO

O desafio proposto por Nilma Lino Gomes (2007), de reeducar nossos olhares para pensar a diversidade como elemento constituinte de novas práticas pedagógicas, faz com que passemos a tratar a diferença como parte integrante do currículo, das relações escolares e do planejamento de ações.

Como bem nos lembra a autora, há diversos conhecimentos que ainda não estão presentes na formação dos professores, por exemplo, o conhecimento produzido pela comunidade negra ao longo da luta pela superação do racismo (GOMES, 2007).

⁴ Ação de extensão vinculada ao Programa Neabi e registrada na Diretoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão do campus Colatina.



Sobre isso, Kabengele Munanga (2005) destaca que muitos não receberam o necessário preparo para lidar com o desafio da diversidade e as manifestações de discriminação em suas vidas profissionais.

Por outro lado, Antônio Nóvoa (1992) nos traz que as práticas em formação docente devem priorizar as dimensões coletivas de modo a contribuir para a emancipação do profissional. Ademar Hengemühle (2007) propõe a formação docente em um processo metodológico diferenciado, com abordagem através da problematização, mais visíveis para os alunos e conseqüentemente significativas e provocadoras, antes da teorização. Os autores, assim como Gomes (2007), também destacam a necessidade que a formação docente passe pelos novos modos de trabalho pedagógico, pautado por uma reflexão crítica sobre a sua utilização.

No que diz respeito às orientações prioritárias na formação de professores, para Philippe Perrenoud (1999), é indissociável a tríade, profissionalização, prática reflexiva e participação crítica. Este paradigma é ancorado em competências profissionais visando o melhor proveito de uma formação.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A equipe responsável pela concepção e condução do projeto de extensão foi formada por três servidores administrativos ligados ao ensino, uma docente, uma aluna do curso Bacharelado em Administração e quatro integrantes do Cecun, entre eles o presidente da entidade. Cada um tinha uma função específica na organização do curso.

Para construção dos projetos de intervenção a equipe apresentou 4 eixos norteadores e os alunos, de forma individual ou grupal, deveriam escolher um grupo trabalho (GT) e direcionar o projeto: GT1: Ferramentas para criação e/ou estruturação de instância afro-brasileira e indígena para implementação das Leis nº. 10.639/03 e 11.645/08; GT2: Projetos pedagógicos e outros tipos de trabalhos; GT3: Racismo estrutural; GT4: Estética como ferramenta política.

Apesar de ser chamado de grupo de trabalho, pelos documentos analisados e atividades dispostas na sala virtual, não houve uma discussão em separado apenas para os membros dos respectivos grupos de trabalho. Desse modo, entendemos que na verdade houve uma distribuição de temas para o desenvolvimento dos projetos.

Dos encontros presenciais



Os encontros presenciais tratavam dos assuntos relativos à ementa do curso, a saber: Práticas pedagógicas; Cultura afro-brasileira e africana; Racismo; e Identidade negra. A equipe do curso, formada por profissionais multidisciplinares, ficou encarregada de ministrar as palestras e oficinas dos encontros presenciais.

As mesmas atividades foram desenvolvidas pela equipe em todas as sedes. O deslocamento para as viagens foi custeado pelos campi Colatina e/ou Vitória. Contudo, os gastos com a alimentação ocorreram por conta dos integrantes.

O último encontro presencial de cada sede foi reservado para que os alunos apresentassem os projetos que foram desenvolvidos durante o ano em suas instituições de ensino.

Da sala virtual

O ambiente virtual de aprendizagem Moodle®, disponibilizado pelo Centro de Referência em Formação e em Educação a Distância do Ifes (Cefor), foi utilizado para alocar a sala virtual do curso.

A sala foi dividida em tópicos e ficou disponível de maio a dezembro de 2019. Nela constavam questionário, fóruns, artigos e livros sobre a temática e modelos de documentos a serem utilizados pelos cursistas.

O questionário avaliativo individual tratava de assuntos que foram abordados na própria sala virtual e nos encontros presenciais.

O fórum avaliativo visava analisar e problematizar a relação entre processos identitários, relacionando os conceitos de diversidade, diferença e diferenciação com os mecanismos de classificação e hierarquização das diferenças humanas. Como referência, trazia um vídeo da escritora Chimamanda Adichie, que conta a história de como ela encontrou sua autêntica voz cultural e o perigo da história única.

Dos projetos de intervenção

Como ressaltado anteriormente, para aprovação, além da participação nas atividades presenciais, o aluno deveria apresentar no último encontro presencial um projeto de intervenção que tenha sido aplicado durante o período do curso, em sua instituição de ensino ou em espaços não-formais de educação.



Com isso, notou-se que apesar de o curso ser voltado para profissionais que atuam em qualquer nível de ensino, a maioria dos participantes eram professores do Ensino Fundamental. Isso se deve ao interesse das Secretarias Municipais de Educação, que numa iniciativa interessante, inscreveu alguns professores e por vezes a própria Secretária de Educação, para que o projeto fosse implantado ao mesmo tempo em diferentes escolas da região.

Neste contexto, tivemos três projetos direcionados à Educação Infantil, dois ao Ensino Médio e seis ao Ensino Fundamental, totalizando onze.

Os projetos foram apresentados pelos grupos e/ou duplas e avaliados pela equipe do curso. O tipo e modo de apresentação ficou à escolha dos próprios integrantes. Dos quatro eixos apresentados, nove projetos diziam respeito ao GT2 – Projetos pedagógicos e outros tipos de trabalhos, e dois projetos ao GT4: Estética como ferramenta política.

O relatório final de execução apresentado à Diretoria de Pesquisa, Pós-graduação e Extensão do campus Colatina deixou claro que os resultados superaram as expectativas da equipe. Apesar de haver algumas desistências, os participantes que concluíram o curso apresentaram projetos de implementação das Leis nº. 10.639/03 e 11.645/08 que realmente fazem cumprir as leis. Não apenas em datas comemorativas, mas durante o ano letivo e aliado a conteúdos trabalhados em sala de aula. Todos os projetos foram aplicados em escolas e alguns foram indicados para publicação pela equipe.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A parceria entre o Ifes e o Cecun já é antiga, mas foi a primeira vez que ofertaram em conjunto uma formação docente a nível estadual.

As análises sobre o curso de formação continuada para docentes e profissionais da Educação: “Fazer valer a implementação das Leis nº 10.639/03 e 11.645/08 no Espírito Santo: superando o racismo institucional e na sociedade” atingiram seu objetivo ao demonstrar que é possível propor ações de formação docente de forma coletiva e voltadas para aplicação.

Outrossim, o diferencial do curso está na possibilidade de interação entre as diversificadas realidades educacionais capixabas, por meio das trocas de informações em encontros presenciais e na sala virtual. Além disso, a exigência de construção de projeto de intervenção ao final do curso demonstrou ser um ponto positivo, tanto na avaliação da equipe, quanto dos alunos.



De modo geral, equipe e alunos concordam que a ação de extensão foi positiva e veio suprir a demanda de formação docente na temática da Educação para as relações étnico-raciais, principalmente na região Norte e Noroeste do Espírito Santo.

Palavras-chave: Educação, Formação docente, Relações étnico-raciais, Estudos afro-brasileiros e indígenas, Leis nº. 10.638/03 e 11.645/98.

AGRADECIMENTOS

Ao Cecun do ES e ao Neabi Campus Vitória.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CP nº. 03/2004. Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 19 mai. 2004. Disponível em: <https://bit.ly/2Sgt87O>. Acesso em: 15 set. 2020.

GOMES, Nilma Lino. Diversidade e currículo. In: MOREIRA, Antônio Flávio *et al* (Org.). **Indagações sobre currículo: diversidade e currículo**. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Básica, 2007, p. 17-47. Disponível em: <https://bit.ly/3l2BbBp>. Acesso em: 21 set. 2020.

HENGEMÜHLE, Ademar. **Formação de professores: da função de ensinar ao resgate da educação**. Petrópolis: Vozes, 2007.

MUNANGA, Kabengele (Org.). **Superando o racismo na escola**. 2. ed. rev. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

NÓVOA, Antônio. **Formação de professores e profissão docente**. Lisboa: Dom Quixote, 1992. Disponível em: <https://bit.ly/30nv6ro>. Acesso em: 19 fev. 2020.

PERRENOUD, Philippe. Formar professores em contextos sociais em mudança: prática reflexiva e participação crítica. **Revista Brasileira de Educação**, n. 12, set./dez., p. 5-21, 1999. Disponível em: <https://bit.ly/3l66rQe>. Acesso em: 23 set. 2020.